



CONSELHO GERAL DA CNIS

# O regresso presencial em tempo de pandemia



BEJA  
Órgãos Sociais da nova UDIPSS já tomaram posse

DEFICIÊNCIA  
Ciclo de webinars da CNIS com elevada participação



BRAGANÇA  
Utente da Santa Casa celebrou 103 anos de vida

CRISE ECONÓMICA:

# Oportunidade para um novo estilo de cooperação

Ainda está por conhecer, em profundidade, o valioso contributo dado pelas instituições particulares de solidariedade social e de outros grupos da sociedade civil para a minimização das consequências humanas, a nível económico, social e emocional das vítimas diretas e indiretas da pandemia gerada pela covid-19. Muitas delas tiveram de assumir encargos financeiros acrescidos. É óbvio que nem tudo correu bem. Houve muitas falhas que aconteceram nas mais variadas instâncias que foram chamadas a intervir numa catástrofe sanitária, económica e social nunca vista. Uma pandemia parecida, mas com escala geográfica bem diferente, aconteceu há cerca de 103 anos. O importante, agora, é avaliar, com sentido crítico construtivo, o que esteve menos bem e encontrar estratégias, metodologias, planos, atividades e meios para tornar mais eficazes as ações e com maior eficiência o que cada entidade, pública e privada, tem de desempenhar em prol da qualidade de vida de todas as cidadãs e de todos os cidadãos, sem exclusão de ninguém, seja por que razão for. Que não passe de mera retórica o que muitos têm dito e que, cada um com o seu nível de responsabilidade está obrigada/o a assumir, que é o cuidado de “ninguém ficar para trás”. Esta predisposição não pode ser apenas um mero sentimento, mas um imperativo ético, em primeiro lugar, para os que detêm poderes, em órgãos oficiais, como os que pertencem à sociedade civil, nos domínios da política, da justiça, da economia e da solidariedade. Que ninguém fique para trás em nenhum dos direitos fundamentais e intransmissíveis sintetizados no acesso a condições de vida dignas. Todas são importantes, mas há algumas que dependem de outras como sejam a igualdade de oportunidades no acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à justiça, à proteção social e à cultura. Uma qualquer crise gera inquietações, mas é sempre motivo para aguçar a criatividade em ordem a transformações mais benéficas.

A pandemia está a dar sinais de abrandamento. Chegar ao fim depende da capacidade de todos/as e de cada um/a serem resilientes no cumprimento das orientações que estão definidas pelos serviços internacionais e nacionais para o efeito. Quanto mais depressa exterminarmos este flagelo, em melhores condições se fica para canalizarmos os esforços que, em simultâneo, se estão a realizar, e a desenhar novos mecanismos de combate a outra crise com consequências diferentes, mas igualmente devastadoras. Trata-se da grave contração da economia a nível europeu, com repercussões profundas no nosso país. Estão feitos, e entregues às instâncias adequadas, os Planos de Recuperação e Resiliência, de Combate à Pobreza e de Ação para a efetivação do

Pilar Europeu dos Direitos Sociais e anunciado o magno financiamento europeu. Como em tudo, o tempo é um fator decisivo. Já deveríamos saber melhor como todos esses planos se irão concretizar. A elaboração de medidas de políticas públicas é indispensável, mas enraizadas nas realidades concretas de cada região e concretizadas no respeito pelo princípio da subsidiariedade por ser mais eficaz e gerador de profícua eficiência. Daí o papel incontornável das autarquias e dos promotores da economia local, sem esquecer a de dimensão social, ser basilar para a concretização dos planos referidos. Já estamos atrasados e, oxalá, que procedimentos burocráticos desnecessários e a pressão de clientelas corporativas não venham perturbar o bom funcionamento das estratégias delineadas.

As instituições de solidariedade social, como é óbvio, serão chamadas a reforçar a sua ação em prol de uma intervenção socioeconómica geradora de anticorpos aos sistemas estruturantes de desigualdades sociais e impeditivos de um desenvolvimento sócio local mais sustentável e promotor de maior coesão territorial e social. Para isso, há que haver equidade no acesso às oportunidades de intervenção e na distribuição dos meios financeiros que já estão destinados a Portugal. O Governo Central tem de atribuir

mais financiamento às instituições, pois sabe que, com a promoção de variadas iniciativas, a contribuição das famílias conforme as possibilidades de cada uma e o trabalho abnegados dos trabalhadores assalariados e voluntários, as IPSS geram mais valias económicas, mas insuficientes para a prestação de muitos serviços necessários e mais completos. Sabemos, porém, que não basta “atirar dinheiro” para cima dos problemas. Há que identificar insuficiências próprias; avaliar o impacto das ações em curso; colocar em questão, com humildade e sempre que necessário, o que se vai realizando; manifestar total abertura a novas possibilidades de intervenção, assumindo o dinamismo de agente de desenvolvimento local e não apenas de prestação de serviços.

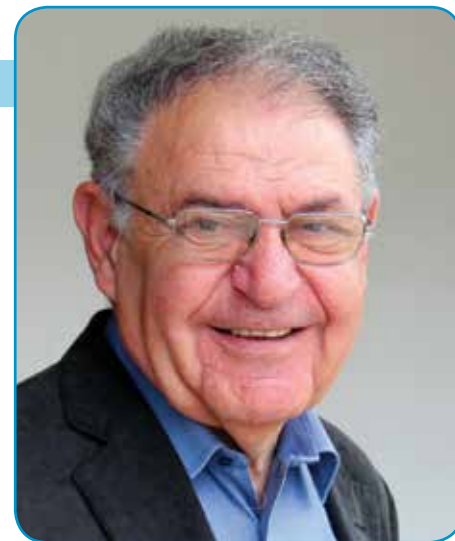
Que a grandiosidade da crise económica e financeira torne ainda mais grandiosa a cooperação entre todas as instituições que têm responsabilidades cimeiras na construção de um Portugal próspero.

**Eugénio Fonseca**  
Presidente da Confederação Portuguesa do Voluntariado



## EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



# Rendimento Mínimo

Em 29 de junho de 1996 passou a ser reconhecido «a cada cidadão residente em Portugal o direito a um nível mínimo de subsistência, desde que se encontre numa situação de exclusão social e esteja ativamente disponível para seguir um caminho de inserção social». Era assim criado o Rendimento Mínimo Garantido, posteriormente, denominado Rendimento Social de Inserção (RSI).

Completam-se agora 25 anos sobre a louvável criação de um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, com duas componentes:

- Uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas;
- A contratualização de um programa de inserção estabelecido de acordo com as características e condições do requerente da prestação e do seu agregado familiar visando uma progressiva inserção social, laboral e educativa.

O RSI pode acumular com pensões, outras medidas e prestações do sistema de segurança social, donde a importância da “robustez” e diferenciação deste sistema, que poderá assumir, uma base melhor conseguida para a satisfação das necessidades fundamentais dos beneficiários.

A natureza mista do RSI traduz-se na existência de uma dupla rede institucional e administrativa, por vezes complexa: a que processa o subsídio e a que contratualiza com o beneficiário a sua inserção, que terá de ser centrada nas necessidades, promoção das capacidades e participação do próprio e da sua família.

Orientar a inserção para a atividade profissional de quem está em idade ativa permite criar autonomia, melhorar a auto-estima e a consciência de pertença à sociedade. Sabemos que para tal a formação, capacitação e educação social são determinantes. As organizações da economia social e solidária, pela sua proximidade, pela sua capacidade de criação de emprego, podem neste âmbito assumir um papel mais forte, mais empreendedor, desde que dotadas dos recursos para tal.

No entanto, a inserção não se esgota no acesso à atividade profissional: o acesso à escola e à educação, aos cuidados de saúde, à

habitação e às atividades culturais, são áreas determinantes e que condicionam o desenvolvimento individual.

Porque o risco de pobreza aumenta e afeta novos grupos de cidadãos e ainda:

o Sabendo que para ultrapassar um fenómeno desta natureza, que viola os Direitos Humanos, é necessária a mobilização e participação de um conjunto alargado de parceiros e decisores políticos;

o Sabendo que a pobreza não pode ser combatida sem envolver os próprios indivíduos na identificação dos seus problemas e das soluções para os mesmos, sem os escutar, sem os capacitar e sem motivar que participem nos processos de decisão que dizem respeito às suas vidas;

o Sabendo ainda da importância da identificação dos processos que podem conduzir a situações de pobreza, numa abordagem dinâmica e preventiva

Há que agir, centrando nas pessoas e nos Direitos Humanos, para:

- Garantir a coordenação, articulação e

eficácia das políticas sociais e económicas e promoção de políticas “à prova de pobreza” (existência de um mecanismo legal que obrigaria que parte substancial da legislação proposta fosse submetida a uma análise sobre qual o impacto que tais decisões sectoriais, de todas as áreas de governação, terão sobre a pobreza);

- Conseguir uma mais consistente e consequente cooperação entre todos os atores para um consenso alargado sobre a prioridade estrutural deste combate, como premissa para o desenvolvimento económico e social, encontrando soluções estruturais;

- Promover um novo paradigma que crie as condições para a permanente prevenção da pobreza;

- Promover o recurso a mecanismos de alerta precoce;

- Dinamizar a sensibilização massiva e transversal da opinião pública para o fenómeno da pobreza, suas causas e consequências, no sentido da tomada de consciência coletiva sobre a responsabilidade que todos temos de prevenir e combater a pobreza e a exclusão social.



## CONSELHO GERAL

# Regresso às reuniões presenciais com a pandemia ainda em pano de fundo

Um ano depois, o Conselho Geral da CNIS voltou a reunir presencialmente, em Fátima. A pandemia tem afastado as pessoas da proximidade física, mas essa nunca foi razão suficiente para os trabalhos deste órgão consultivo da Direção, tendo, entretanto, reunido online, dando continuidade ao trabalho que é necessário fazer.

Na reunião de Fátima, de 7 de junho de 2021, a Direção da CNIS e os conselheiros abordaram diversas questões que dizem respeito à vida das instituições, sendo que algumas delas lhes têm dificultado o quotidiano.

À cabeça das preocupações está o atraso na elaboração, assinatura e entrada em vigor do novo Compromisso de Cooperação, pois em ano de aumento de custos, principalmente por via do combate à Covid-19 e o aumento do salário mínimo, a situação financeira das IPSS, se já era difícil, em muitos casos está periclitante.

“Compromisso de Cooperação ainda não há, espero que venha a haver em breve, mas não é certo”, começou por dizer o presidente da CNIS, acrescentando: “A 5 de março, por iniciativa nossa e não do Governo, a CNIS e as outras três organizações do Sector Social Solidário apresentaram um esboço de Compromisso, ainda sem propor atualizações à comparticipação do Estado, mas com um conjunto de temas importantes”.

Em resposta, o Governo, no final de maio, apresentou a sua proposta, também sem qualquer referência a valores para atualização da comparticipação.

“Não corresponde ao que achamos ser necessário, mas, pelo menos, já houve algum desenvolvimento”, sustentou o padre Lino Maia.

O líder da CNIS referiu ainda que “na revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, que está ano faz 25 anos, é importante que as contribuições do Estado não fossem inferiores aos 50% dos custos, sendo que atualmente está nos 38%”.

No entanto, “parecia não haver vontade por parte do Governo”, pois defendia-se com o argumento de que “não havia viabilidade financeira”, mas, na última reunião, foi ventilada a possibilidade de “não ser de uma só vez, mas de forma faseada”.

De resto, o presidente da CNIS deu nota de que “pode não haver compromisso” se o Governo não atender às necessidades de sustentabilidade do Sector Social Solidário.

O padre Lino Maia lembrou ainda que o sector “tem trabalhadores muito dedicados e mal pagos”, algo que é preciso corrigir, até porque já está a levantar dificuldades à contratação de novos trabalhadores e à debandada de outros para o sector privado.

“Estou moderadamente confiante de que vamos ter Compromisso de Cooperação, mas até fim de junho ou é ou não é”, rematou o presidente da CNIS.

Entre os demais temas abordados, nota para



o agendamento da Festa da Solidariedade nos Açores, onde já estava previsto decorrer em 2020, entre os dias 31 de agosto e 4 de setembro e que deverá acontecer nas ilhas Terceira e de S. Miguel, anúncio feito por João Canedo, presidente da União Regional das IPSS dos Açores.

De seguida, a assessora Filomena Bordalo deu conta de algumas notas do Relatório de Atividades de 2020, ressaltando que “a vida foi virada do avesso por causa da pandemia”, pelo que o cumprimento do Programa de Atividades “foi o possível” dado os constrangimentos da pandemia.

Já quanto às Contas, o tesoureiro Macário Correia, de forma muito resumida – pois o documento será agora apresentado às instituições para posterior análise e votação na Assembleia Geral do próximo dia 26 de junho –, sublinhou o facto de a CNIS, depois de ter apresentado um resultado negativo em 2019, ter conseguido, em 2020, cerca de 263 mil euros positivos, num ano de grandes dificuldades e de todo o apoio que a Confederação deu na aquisição de equipamentos de proteção individual para distribuir pelas associadas.

Às questões levantadas pelos conselheiros, o presidente da CNIS deu alguns esclarecimentos e forneceu algumas informações.

A propósito da transferência de competências para as autarquias – que se resumem ao RSI, SAAS, CLDS e Rede Social –, o padre Lino Maia avançou que este “é um processo complicado, mas não fechado”, lembrando: “Escrevemos a todos os presidentes de Câmara para lhes dizer o que está em causa, que as instituições deviam ser contempladas no processo e que as instituições que já têm estas respostas devem mantê-las, evitando-se assim muitos despedimentos”.

A confusão com as orientações e recomendações sobre as visitas e as saídas dos utentes dos



lares, o padre Lino Maia pede cautela.

“É preciso cuidado com as visitas, porque em muitos lares temos grupos de vacinados e grupos de não vacinados”, alertou, acrescentando: “Não quero contrariar a norma emanada, mas compreendo que os dirigentes digam de sua justiça para que o bom que foi alcançado não seja deixado a perder. Tivemos 18 dias seguidos sem mortes em lares e isso deve-se muito à ação das instituições”.

Já sobre o Serviço de Apoio Domiciliário... “O SAD como está é um complicómetro que é fundamental simplificar” e mais não disse.

A CNIS reúne em Assembleia Geral no próximo dia 26 de Junho, no Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima.

**SENIORBIZ**

## LANÇAMENTO!

Organize a prestação de cuidados à Terceira Idade



LARES RESIDENCIAIS



CENTROS DE DIA



APOIO DOMICILIÁRIO

A solução ideal para instituições de apoio a idosos.  
Reduza custos e agilize o trabalho da sua equipa.  
Aumente a envolvimento com as famílias.



REGISTOS INDIVIDUAIS  
DO UTENTE



PLANO INDIVIDUAL  
DE CUIDADOS



GESTÃO  
E FATURAÇÃO



ACESSO PARA  
FAMÍLIAS

**SEM CONTRATOS OU FIDELIZAÇÃO ♦ SUPORTE GRATUITO ♦ FORMAÇÃO GRATUITA**



Inscreva-se como Pioneiro ► [www.seniorbiz.com](http://www.seniorbiz.com)



### Valências de Infância?

Experimente a Educabiz. A primeira escolha em Portugal das instituições com valências para a Infância! [www.educabiz.com](http://www.educabiz.com)

Marque já uma apresentação por videoconferência do Seniorbiz ou da Educabiz: 222 400 196

«A VIDA E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA»

# Realizar a felicidade de quem é diferente é um trabalho que envolve todos

Durante dois dias o ciclo de webinars «A vida e os direitos das pessoas com deficiência», promovido pela CNIS, reuniu cerca de 370 participantes, numa iniciativa realizada online.

Foram dois dias de reflexão e debate sobre o percurso que se quer para cada e todas as pessoas portadoras de deficiência, a tão referida pelos oradores “viagem”, que tocou a Intervenção Precoce na Infância; a Educação Inclusiva; a Formação Profissional e Empregabilidade; e, por fim, o Direito à Vida Independente na Comunidade.

Este caminho que começa à nascença, continua com a escolarização, prossegue na formação e no trabalho e que tem como grande objetivo final proporcionar às Pessoas Com Deficiência e Incapacidade (PCDI) uma vida independente, salvaguardando sempre “o direito de opção” destas pessoas.

“Este ciclo de webinars reflete o caminho que é preciso fazer e se alguma destas etapas falhar pode comprometer o que se tem que fazer para se alcançar o maior sucesso possível”, sublinhou a secretária de Estado para a Inclusão, Ana Sofia Antunes, no encerramento dos trabalhos.

Ao longo dos quatro painéis que compuseram o ciclo de webinars [ver caixa], foram muitas as reflexões e troca de ideias das quais as conclusões são inúmeras, tendo, no entanto, o presidente da CNIS destacado, desde já, algumas das mais significativas.

“Graças ao saber e à experiência dos oradores e à mestria dos moderadores que conduziram cada um dos painéis” a reflexão, para o padre Lino Maia, evidenciou “a importância dos temas e a pertinência da sua discussão e reflexão”.

“O futuro constrói-se no presente, sem deixar de refletir sobre o que se passou no passado. A iniciativa destes dois dias permitiu-nos refletir sobre o modo como têm sido trilhados os caminhos das pessoas com deficiência, mas permitiu-nos, igualmente, olhar o futuro, desafiando, no presente, a criar novas estratégias e a intensificar os desafios bem-sucedidos que têm sido assegurados”, referiu, lembrando: “O futuro está nas nossas mãos, há muito trabalho para o concretizar”.

A diversidade dos oradores, que contou com académicos, investigadores, responsáveis por departamentos do Estado, técnicos de IPSS, magistrados e ainda de algumas mães, garantiu uma grande riqueza de reflexões e um debate rico.

Dessa reflexão e debate, o presidente da CNIS destacou alguns pontos, a saber:

“1 - Parcerias e complementaridades. Apresenta-se como transversal, a cada uma das matérias abordadas neste ciclo de webinars, a necessidade de melhorar e intensificar



a articulação interinstitucional, dentro do Sector Social e Solidário entre as instituições que o constituem; a cooperação interministerial dentro do sector público, bem como deste com o Sector Social e Solidário.

Num espírito de cooperação, envolvimento e complementaridade, só um efetivo trabalho articulado e em rede permite a concretização dos designios e direitos das pessoas com deficiência, o que, aliás trespasa a toda a atuação ao nível da cooperação entre o Governo e o Sector Social e Solidário. Legislar sobre matéria que influencia o Sector Social, sem o ouvir, não é aceitável.

2 - Centrar, com intencionalidade, a pessoa nos sistemas de proteção social (educação, saúde e segurança social). Responder às diferentes circunstâncias de cada pessoa, família e comunidade, obriga à complementaridade

e parceria já referidas, e ainda ao desenho e concretização integrada de diferentes respostas e serviços, flexíveis sem formatações excessivas e limitadoras.

3 - Primeiros anos de vida. Para a CNIS, a intervenção nos primeiros anos de vida, centrada na criança e nas suas especificidades, é fundamental e deverá ser reforçada a sua importância e cobertura nacional. Este é o entendimento que leva esta Confederação a integrar a campanha nacional «Primeiros Anos a Nossa Prioridade» que se enquadra no âmbito da campanha europeia «First Years First Priority».

4 - Tempo. Refletir sobre a importância do tempo investido em cada serviço e cuidado que é prestado à pessoa com deficiência. Este tempo, que se quer seja o necessário e de qualidade, tem impacto na capacitação, nos

**Educação Inclusiva: Uma única Meta**

**Inclusão e educação: Todos, sem exceção**  
(UNESCO, 2020)

Relatório de Monitorização Global da Educação, apresentado publicamente em 23 de junho de 2020:

(...) muitos estudantes ainda encontram grandes barreiras no acesso a uma educação de qualidade.

**Recomendação:** a necessidade de todos os atores envolvidos nesta área da educação ampliarem o seu entendimento sobre educação inclusiva, englobando todos os estudantes, independentemente da sua identidade, origem ou habilidades.

rácios de recursos humanos e nos custos das respostas desenvolvidas. Estes são fatores básicos e estruturantes nas relações de cooperação e de negociação entre o Governo e o Sector Social e Solidário.

5 - Produtos de Apoio. Os trabalhos deste ciclo de webinars demonstraram a indispensabilidade dos produtos de apoio prescritos para a estimulação, reabilitação e reintegração das pessoas com deficiência, nomeadamente para as crianças, pelo que terá que ser colocado nas preocupações para decidir que a atribuição destes produtos de apoio deixe de ficar dependente de cabimentação orçamental de cada sector (educação, saúde e segurança social), comprometendo os objetivos a que se destinam.

**Consequência prática: escolher bem o modelo**

| Individualista  | Radical  | Relacional  |
|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Formação profissional (mais ou menos "especial", numa lógica de compensação da incapacidade)</li> <li>✓ Centros de emprego segregados</li> <li>✓ Medidas de emprego segregado</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Colocação em mercado de trabalho aberto sem acompanhamento e preparação acrescida</li> <li>✓ Apoios ao emprego (isenções, prémios, etc.)</li> <li>✓ Proteção passiva</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mediação</li> <li>✓ Apoio à Vida Independente</li> <li>✓ Orientação para a inclusão laboral como direito</li> <li>✓ Não discriminação</li> </ul> |

6 - Modelos de Acolhimento Residencial. Estar acolhido numa instituição não significa estar num modelo institucionalizante. É fundamental desmistificar, de vez, este pré-conceito. O modelo de acolhimento residencial, integrado na comunidade, centrado nas necessidades e capacidades de cada pessoa, privilegiando pequenos grupos, visando sempre o bem-estar, autonomia e participação ativa das pessoas com deficiência, independentemente do nome que lhe seja atribuído, é o modelo que defendemos. Precisamos de redesenhar e melhorar? Claro que sim! O Sector Social e Solidário está, como sempre, disponível para trabalhar.

7 - Novas tecnologias como recursos e instrumentos de trabalho. Para além da importância das novas tecnologias para a inclusão social e profissional das pessoas com deficiência, elas são também recursos e instrumentos de trabalho para todos, pelo que esta transição digital é mais um desafio para as instituições e para as suas equipas: para a sua aquisição, para o desenvolvimento de competências, bem como para a alteração de processos de trabalho, contribuindo para a melhoria dos resultados".

**Obrigado por nos ouvirem**

"(...) lembrem-se que se são livres a vossa verdadeira missão é libertar os outros. Se têm poder, então a vossa missão é empoderar/capacitar outras pessoas. A vida não é um lanche grátis."

Toni Morrison

A fechar, o presidente da CNIS sublinhou que "dar vez e voz às pessoas com deficiência é o nosso propósito, dar vez e voz às instituições é a nossa missão".

Para quem não pôde assistir ao ciclo de webinars, a CNIS já disponibilizou no seu website a gravação integral do mesmo, tal como as apresentações dos diversos oradores.

## PROGRAMA

### Sessão de Abertura

Padre Lino Maia (Presidente da CNIS) e Rita Mendes (Secretária de Estado da Ação Social)

### Painel 1 – Intervenção Precoce na Infância

Maria Inês Amaro (Presidente da Comissão Nacional de Coordenação do SNIPI); Ana Paula Maria (Investigadora Integrada no Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho); Filomena Araújo (Vice-presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FAPPC); e Vânia Eloy (mãe da Matilde).

Pedro Mesquita (Rádio Renascença).

### Painel 2 – Educação Inclusiva

Luísa Ucha (Coordenadora do Grupo de Trabalho CRI, Ministério da Educação); David Rodrigues (Conselheiro do Conselho Nacional de Educação); Helena Albuquerque (Presidente da Humanitas e mãe do João); e Joana Morais e Castro (mãe da Maria Joana).

João Torgal (Antena 1).

### Painel 3 – Formação Profissional e Empregabilidade

Alexandre Oliveira (Diretor de Serviços de Promoção do Emprego do IEFP); Luís Capucha (Sociólogo); Rogério Cação (Vice-presidente da FENACERCI); e Maria Alice Fernandes (Diretora-técnica na APPACDM Coimbra).

Victor Pinto (TVI).

### Painel 4 – Direito à Vida Independente na Comunidade

Margarida Paz (Procuradora do Ministério Público); Humberto Santos (Presidente do INR); Ana Raquel Correia (Psicóloga na APPACDM de Castelo Branco); e Rui Machado (Diretor-técnico do Centro de Apoio à Vida Independente da APPACDM Porto).

Moderador: Joaquim Franco (TVI).

### Sessão de Encerramento

Padre Lino Maia (presidente da CNIS) e Ana Sofia Antunes (Secretária de Estado da Inclusão de Pessoas Deficientes).

APENAS BEJA NÃO TINHA UMA ESTRUTURA INTERMÉDIA DE LIGAÇÃO À CNIS

# Maior distrito de Portugal tem finalmente uma União Distrital de IPSS

Beja era até agora o único distrito de Portugal que não tinha uma estrutura intermédia que representasse o conjunto de IPSS do maior distrito de Portugal junto da CNIS e demais agentes da área social. Ao desafio feito pela CNIS em maio de 2019 para que as IPSS constituíssem uma União Distrital, um conjunto de instituições meteu mãos à obra e, apesar de todos os constrangimentos causados pelo contexto de pandemia que o país vive há mais de um ano, a UDIPSS Beja está constituída e os primeiros órgãos sociais eleitos e empossados. Agora, é preciso arranjar as condições necessárias para ajudar as instituições.

Após um ano de trabalho, muito dificultado pelo estado pandémico que o país tem vivido no último ano e meio, a Comissão Instaladora, criada após uma reunião distrital promovida pela Confederação e formada por cinco instituições, logrou chegar a bom porto.

A ligação entre as instituições associadas e a CNIS vinha sendo assegurada nos últimos anos pelo padre Manuel Reis, mas o próprio e as instituições sentiam que era insuficiente, apesar do empenho do representante.

“Sentimos a necessidade de uma maior proximidade com a CNIS e, por vezes, sentimos a falta de rede, pois não temos a quem recorrer”. “Sentimos necessidade de uma estrutura que nos apoie a ultrapassar dificuldades e com quem possamos dialogar”. Estes foram alguns dos sentimentos expressados por dirigentes das instituições do distrito de Beja no encontro de maio de 2019, em que a CNIS lançou o repto para a criação da União Distrital.

Beja é um distrito de baixa densidade populacional e com uma área territorial que faz dele o maior de Portugal, limitando a noroeste com o distrito de Setúbal, a norte com o de Évora, a leste com a província espanhola de Huelva, a sul com o distrito de Faro e a oeste com o oceano Atlântico, o que lhe confere grande diversidade sociocultural.

A dimensão e diversidade territorial e sociocultural podem ser obstáculos à confederação de vontades e ao encontro das disponibilidades necessárias para concretizar os objetivos da União quando se sabe que as instituições de per si já consomem todo o tempo disponível aos voluntários dirigentes.

Ainda assim, e como o fim justifica o esforço, cinco IPSS do concelho de Beja decidiram aceitar o desafio lançado pela CNIS, formando a Comissão Instaladora que conduziu o processo de criação da União.

A Comissão Instaladora ficou, então, formada por Vítor Igreja (Associação Escola Aberta), Conceição Casanova (Fundação Manuel Gerardo), José Baguinho (Centro Social Bairro da Esperança), Raquel Veloso (Centro Social Paroquial S. Salvador) e Nuno Farinha (Cáritas Diocesana de Beja).



No entanto, quando estes cinco elementos arregaçaram as mangas e tentaram deitar mãos ao trabalho, a pandemia entrou pela casa dos portugueses adentro sem pedir licença.

E foi ainda como Comissão Instaladora que a União, agora já legalmente constituída, teve a sua primeira intervenção junto das associadas da CNIS, organizando e agilizando a distribuição de diversos materiais que as instituições tanto necessitaram (e necessitam) no combate à pandemia do novo coronavírus.

Agora, a UDIPSS Beja já tem os primeiros dirigentes eleitos e prontos a darem corpo ao desejo das diversas IPSS do distrito do Baixo Alentejo.

Para Vítor Igreja, eleito presidente da Direção da novel União Distrital e que liderou o processo constitutivo da mesma, a prioridade dos recém-empossados órgãos sociais é criar as condições para que a União possa cumprir a sua missão: apoiar as instituições de base.

A outra grande prioridade da nova equipa

dirigente é cativar mais instituições a aderirem ao projeto da União Distrital e assim robustecê-la para os desafios futuros.

**SOLIDARIEDADE – Que critérios guiaram a formação dos órgãos sociais da UDIPSS Beja, uma vez que nem todos os elementos da Comissão Instaladora transitaram para os corpos sociais?**

VÍTOR IGREJA – A formação da UDIPSS Beja resultou da disponibilidade manifestada por cinco IPSS e que aceitaram o desafio da Direção da CNIS, em reunião realizada em Beja, para constituir uma União no distrito. Cada uma das instituições designou o seu representante, através dos seus órgãos representativos, que deram assim início ao processo de constituição da União. As cinco instituições que se disponibilizaram para avançar com o projeto, todas do concelho de Beja, mantiveram-se até à constituição da União e fazem todas parte dos órgãos sociais. A representante designada por uma





delas alegou falta de disponibilidade para ficar na Direção e aceitou passar para o Conselho Fiscal, por ser menos exigente em termos de trabalho. Em sua substituição foi introduzido o representante de uma nova IPSS. Houve ainda a troca de um dos elementos inicialmente designados por uma das instituições, por ser colaborador da organização e não dirigente, tal como exigem os estatutos.

**Sendo um distrito grande e com um território bastante diverso, foi conseguida a desejada representação das várias zonas do distrito?**

A ideia base inicial foi constituir prioritariamente a União no único distrito onde ainda não tinha sido possível levar a efeito esse desiderato. Cedo concluímos que, num território tão vasto, dificilmente conseguiríamos reunir e trabalhar regularmente, com a exigência que o momento impunha, se constituíssemos um grupo com uma grande dispersão entre os seus membros. Em especial porque nos encontrávamos em plena pandemia, com as deslocações condicionadas. Apesar disso, nos momentos em que existiu maior alívio, tentámos mais de uma vez fazer reuniões concelhias para apresentar o nosso projeto a todas as IPSS do distrito. Infelizmente, não foi possível concretizar, apesar de terem estado agendadas. Estas tentativas não concretizadas surgiram após saírem frustradas as iniciativas para promover uma reunião distrital com a presença da Direção da CNIS. Esse era o nosso desejo inicial, já que acreditávamos que a Confederação teria naturalmente uma capacidade de mobilização muito superior à nossa. No entanto, nem todos os membros que compõem os órgãos sociais são do concelho de Beja e estivemos sempre abertos à adesão de qualquer IPSS que manifestasse vontade de pertencer aos órgãos.

**Inicialmente havia algum desconhecimento das instituições sobre o processo de criação da UDIPSS. Como foi, entretanto, a adesão das IPSS ao processo de constituição da mesma?**

A adesão das IPSS à criação da União está longe de atingir os critérios de sucesso que nos propusemos alcançar. Lamentavelmente, a pandemia não nos tem permitido contactar diretamente todas as IPSS do distrito, como gostaríamos de fazer. Apesar disso, nos momentos em que temos interagido, nomeadamente na entrega dos produtos de apoio ao combate à pandemia, assim como pelas questões que nos têm sido colocadas para esclarecer alguma legislação, fazem-nos acreditar que é reconhecida a nossa existência. E, penso que prometem uma boa colaboração no futuro, à medida que forem recolhendo benefícios em diversas áreas, através do apoio concedido pela União.



**Quais são as prioridades de ação da nova e pioneira equipa que conduzirá os destinos da UDIPSS Beja nos próximos quatro anos?**

A primeira prioridade será, necessariamente, a criação de uma sede social e a obtenção dos equipamentos mínimos que nos permitam levar a efeito um conjunto de tarefas administrativas que urge concluir. É importante criarmos uma base de dados relativa às instituições inscritas, detalhando a suas atividades e dimensão, assim como dar-nos a conhecer a todos os dirigentes, para criar uma relação estreita entre nós. Será também pertinente e indispensável, elaborar e submeter a aprovação um plano de atividades, sobretudo a pensar no próximo ano civil, e dar resposta às emergências que vão aparecendo, não esquecendo que estamos ainda sob a ameaça da Covid-19.

**Que balanço faz do processo de criação da UDIPSS, tendo em conta o ambiente pandémico e de confinamento que temos vivido há**

**mais de um ano?**

Como já atrás foi citado, a pandemia destruiu quase todas as iniciativas que pretendíamos levar a efeito, criando-nos sérias dificuldades para concluir o que iniciámos há cerca de um ano. Foi um processo longo e desgastante, que só trinfou porque todos estivemos determinados em consegui-lo. Gostaríamos de ter efetuado várias sessões de esclarecimento e motivação para mobilizar as IPSS a colaborar no processo de constituição, mas estamos esperançados que no futuro haverá uma grande participação de todas as entidades e que conseguiremos também cativar as instituições que até agora não têm participado. É ainda relevante divulgar que temos encontrado bom acolhimento das entidades oficiais no sentido de nos reconhecerem como parceiros nesta difícil tarefa da promovermos e apoiarmos a solidariedade social no nosso distrito.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**

**ÓRGÃOS SOCIAIS UDIPSS BEJA  
(Quadriénio 2021/2024)**

**Mesa da Assembleia Geral**

Presidente: Ana Maria Baptista (Centro de Paralisia Cerebral de Beja)  
Secretário: Padre Manuel Reis (Fundação Domingos Simão Pulido)  
Secretário: Helena Seita (Casa do Povo de Penedo Gordo)  
Suplente: José Quirino (Mansão de S. José)

**Direção**

Presidente: Vítor Igreja (Associação Escola Aberta)  
Tesoureira: Ana Maria Ramos (Cáritas Diocesana de Beja)  
Secretária: Maria da Conceição Casa Nova (Fundação Manuel Gerardo S. Castro)  
Vogal: José Joaquim Baguinho (Centro Social Cultural e Rec. do Bº da Esperança)  
Vogal: António Loução (Lar Nobre Freire)  
Suplente: Carlos Vitoriano (Fundação Jacinto Faleiro)

**Conselho Fiscal**

Presidente: Raquel Veloso (Centro Social Paroquial do Salvador)  
Vogal: Luís Pedro Amaro (Centro Infantil Coronel Sousa Tavares)  
Vogal: Domingos Bragadesto (Centro Social e Paroquial Nª Sª da Luz Albernoa)  
Suplente: António Romeira Custódio (Centro de Apoio Social do Concelho de Beja)

ANA MENDES GODINHO, MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

# IPSS podem candidatar-se ao apoio pelo aumento do salário mínimo

As instituições do setor social também podem candidatar-se ao apoio às empresas pelo aumento do salário mínimo, anunciou a ministra do Trabalho, segundo a qual este setor já recebeu 825 milhões de euros em apoios e medidas extraordinárias.

Ao ser ouvida no parlamento, no âmbito de uma audição regimental na Comissão de Trabalho e segurança Social, a ministra Ana Mendes Godinho deixou a garantia de que as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) “são abrangidas por todas as medidas transversais de apoio ao emprego”, dando como exemplo a medida criada recentemente para apoiar as empresas por causa do aumento do salário mínimo nacional.

“Todas as IPSS podem candidatar-se a esta medida especial que foi criada para apoio, por trabalhador, relativamente ao valor para apoio ao salário mínimo”, apontou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Segundo Ana Mendes Godinho, o setor social já recebeu 825 milhões de euros em apoios e medidas extraordinárias e deu como exemplo o programa das altas sociais, através do qual foi possível retirar 2.500 pessoas dos hospitais que não tinham para onde ir depois de terem alta.

Dentro desta verba estão 227 milhões de euros da Linha de Financiamento do Setor Social ou 1,3 milhões de euros em equipamentos de proteção individual.

Por outro lado, aproveitou para anunciar que conta ter concluído em junho o processo de revisão do licenciamento dos equipamentos sociais e a revisão de alguns requisitos dos equipamentos sociais, nomeadamente o apoio domiciliário ou as Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), de modo a garantir que estes novos requisitos são aplicados no âmbito do programa de recuperação e resiliência.

Questionada sobre a atualização dos acordos

de cooperação com o terceiro setor, a ministra aproveitou para voltar a mostrar que entre 2016 e 2021 o governo socialista gastou 345 milhões de euros, enquanto o anterior governo PSD/CDS se ficou pelos 117 milhões de euros entre os anos de 2011 e 2015.

Disse também que o Ministério do Trabalho está a trabalhar para a revisão do acordo bialenal com os parceiros sociais, mas também para a revisão do protocolo de cooperação que completa este ano 25 anos.

Dentro dos valores apresentados pela ministra Ana Mendes Godinho estão também 112 mil trabalhadores que receberam o apoio à família, dos quais 5 mil com direito a majoração por serem família monoparental e outros 2 mil com o apoio em alternância, ou 20 mil crianças com direito a creche gratuita, além de mais 400 lugares para pessoas em situação de sem-abrigo em regime de “housing-first” ou apartamento partilhado.



**SOLUÇÕES  
TECNOLÓGICAS  
ESPECÍFICAS PARA A  
ECONOMIA SOCIAL E  
UNIDADES DE SAÚDE**



Acordo com a CNIS,  
parceria com 18 Uniões  
Distritais de IPSSs, acordo  
com a REDEMUT e  
Fornecedor da UMP.



Instituições mais  
eficientes e próximas  
dos seus utentes

ELEVADO  
NÍVEL DE  
SATISFAÇÃO  
DE CLIENTES

SERVIÇOS DE  
FORMAÇÃO E  
CONSULTORIA TI,  
EM TODO O PAÍS

APOIO  
ESPECIALIZADO  
AOS UTILIZADORES  
DO SOFTWARE F3M

LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

# Modelo de fusão de Instituições do Sector Social pode levar a uma lógica de funcionamento empresarial

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) defendeu que é necessário cautela com um modelo de fusão de instituições do setor social, para que não se corra o risco de começarem a funcionar numa lógica empresarial.

O presidente da CNIS, Lino Maia, manifestou “o receio” de que a fusão de instituições as leve a “privilegiarem aqueles que podem pagar”, convertendo estas instituições em organizações afastadas “da sua vocação”, que é apoiar “os mais carenciados”.

“Convertendo estas instituições em empresas sociais, teremos um funcionamento de empresa, ver quem pode pagar, para responder a quem pode pagar”, alertou hoje Lino Maia, durante a conferência “Pandemia, respostas à crise - O papel das instituições sociais e do poder local”, realizada em Gaia.

Nesse sentido, defendeu que o Estado deve aumentar as participações, para que “os mais necessitados” não fiquem “para trás”.

Embora o responsável pela CNIS admita que a união de instituições é possível em algumas situações, advertiu para os riscos de se dar esse passo, alertando ser necessário o Estado aumentar o financiamento e “elevar as participações”, para evitar que algumas organizações em dificuldades colapsem e sejam acompanhadas para “continuarem a dar essa resposta” social.

Lino Maia referiu estar “em negociações” a revisão do pacto de cooperação entre o setor social e o Estado e sublinhou que em média essa transferência é de 38% e as famílias e utentes participam com cerca de 33%.

“Uma das exigências do setor social solidário é que o Estado assuma as suas responsabilidades. Que nunca o Estado participe a menos de 50%, desejavelmente a 60% e, em algumas respostas, a 100%”, acrescentou o presidente da CNIS.

Na mesma conferência, promovida pela Rádio Renascença, a secretária de Estado da Ação Social, Rita da Cunha Mendes, acentuou ser necessário “pensar na mudança e reorganização das organizações”, encontrando novos modelos de “articulação, partilha de serviços comuns, fusões, concentrações, criar grupos de instituições, à semelhança do que acontece com organizações empresariais, de modo a gerar instituições com uma dimensão crítica mais adequada e que permita a sua sustentabilidade”.

Segundo a governante, essa lógica obrigaria o Estado “a repensar o modo de acompanhamento e financiamento do setor social, não significando mais investimento, mas melhor investimento”.

Rita da Cunha Mendes explicou que a intervenção do Estado se vai traduzir “num exercício de cooperação mais flexível e diferenciador, que permita também ele soluções



inovadoras mais impactantes na satisfação das necessidades de apoio social, cada vez mais diferenciadas e individualizadas”.

Segundo a secretária de Estado da tutela, durante o último ano, o Governo investiu no setor social mais de 820 milhões de euros.

O presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos, referiu que a “a questão estrutural é que Portugal é hoje um país de velhos, um país de idosos”, e que não se preparou para isso.

Manuel Lemos aludiu ao Serviço Nacional de Saúde, que já tem 40 anos e “não está preparado” para “organizar os idosos”.

“É necessário repensar o futuro dos lares, mas isso não se faz sem recursos. Esse investimento é absolutamente necessário, porque as instituições e os idosos precisam de mais recursos”, preconizou o presidente da União das Misericórdias, para quem “o lar do futuro vai ser uma coisa diferente”, mais especializado e será dada maior atenção ao apoio domiciliário, com a ajuda da tecnologia.

Na opinião de Manuel Lemos, “a transferência de competências para as autarquias tem de ser conversada com os autarcas, para saber o que é que as pessoas ganham com

essas transferências”.

Lino Maia é “a favor da transferência de competências para as autarquias”, mas manifestou o “receio de que não sejam bem implementadas” e defendeu a celebração de acordos de cooperação com os municípios para acolher pessoas vulneráveis que não tenham condições para cuidarem de si.

A representante da Cáritas Portuguesa, Rita Valadas, acentuou o papel, na crise durante a pandemia, da “resposta informal”, que considera ser um recurso que não pode ser desconsiderado e “tem de ser mapeado”.

Rita Valadas manifestou “a esperança de que a bazuca (fundos europeus) venha com a flexibilidade suficiente para a retoma”, por não ser possível ver, num primeiro momento, a dimensão da crise social e advogou o aumento dos salários do pessoal auxiliar nas instituições sociais.

“Se não alterarmos esta questão salarial, dificilmente conseguimos mexer na qualidade das respostas, porque as respostas são dadas por pessoas, para pessoas, e quem passa mais tempo nos cuidados são as pessoas mais mal pagas”, vincou a presidente da Cáritas.

IPSS AINDA BASTANTE CAUTELOSAS NO CAMINHO DO DESCONFINAMENTO

# Regresso à normalidade está a ser tra

Tal como na sociedade portuguesa, também o regresso à normalidade nas IPSS está a ser feito gradualmente, com tranquilidade, mantendo cautelas e os cuidados necessários, reforçando novas rotinas que se ganharam com a pandemia, mas também a diferentes tempos. Este desfasamento nos graus de desconfinamento e conseqüente regresso à normalidade, seja lá o que ela for agora, observa-se mais nas estruturas residenciais, seja para idosos, seja para pessoas portadoras de deficiência. De resto, as instituições têm já um vasto programa de atividades, sendo que o espaço exterior é o mais desejado e o preferido para realizar novas iniciativas.

Apesar da vacinação estar bastante avançada, há ainda muitos idosos e trabalhadores de ERPI que, por terem estado infetados com o novo coronavírus, ainda não foram vacinados.

O presidente da CNIS, padre Lino Maia, tem vindo a alertar para a necessidade de obviar esta situação, sugerindo a redução do espaço temporal entre a infeção e a toma da vacina de seis para três meses, pois ainda há muita gente por vacinar e é uma situação que preocupa as instituições e retarda o seu desconfinamento e... regresso à normalidade.

O SOLIDARIEDADE visitou três instituições para tentar perceber como está a ser o regresso à normalidade, a esta nova normalidade que trouxe muito desconforto, mas também incutiu algumas novas rotinas que são positivas.

No Centro Social de Nossa Senhora do Extremo, em Tourencinho, concelho de Vila Pouca de Aguiar, é com orgulho e satisfação que a diretora-técnica Joana Monteiro sublinha o facto de a instituição não ter registado qualquer caso de Covid-19.

“Estivemos bastante tempo confinados e com medidas bastante restritivas, mas também tivemos os frutos, pois fomos dos poucos lares que não tiveram nenhum caso de Covid-19 positivo, seja entre os utentes, seja entre os colaboradores”, refere, o que tem levado os responsáveis da instituição a desconfiar com toda a precaução: “O desconfinamento tem sido feito com muita cautela e cuidado. Aliviámos algumas medidas, por exemplo, nas visitas permitimos mais contacto com os familiares, com uma maior aproximação e já sem o acrílico pelo meio”.

Nesta instituição transmontana as visitas, quando permitidas pelo Governo, foram sempre acontecendo, pois para além da adaptação de uma sala para as visitas, com todas as regras, como a entrada tem muito vidro, foi possível trazer grupos e celebrar alguns aniversários. Por outro lado, existe também a opção do jardim, o que permitiu a ida de grupos de familiares maiores, sem que houvesse perigo de contágio, pois os utentes ficavam no interior da instituição ou num patamar mais elevado.

Também na APPACDM do Porto o regresso à normalidade tem decorrido a tempos diferentes.



Se os CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão já recebem mais utentes e vão realizando cada vez mais atividades, nos quatro lares residenciais a situação é diferente.

“Relativamente aos lares residenciais, temos vindo a desconfinar gradualmente. Há cerca de um mês desconfinou o lar do Cerco e começaram a vir em bolha para os CACI, há duas semanas desconfinou o lar das Antas e ainda se mantêm confinados a Pousada dos Rouxinóis e o lar Rui Abrunhosa, aqui em Aldoar”, revela Teresa Guimarães, presidente da instituição portuense, explicando as razões para estes dois lares ainda não terem desconfiado: “Isto ainda acontece porque temos a limitação de ocupação das viaturas e das salas. Não estando tudo vacinado preferimos ser cautelosos e, depois, como transferimos as atividades de CACI para os lares, eles estão com uma dinâmica muito interessante”.

Há que lembrar que, ao contrário do Centro Social de Nossa Senhora do Extremo, na APPACDM

do Porto o vírus entrou. Felizmente, não fez vítimas, mas os lares foram muito castigados, com surtos a atingirem todos os residentes e muitos trabalhadores.

Entre as demais respostas, a grande preocupação é com os utentes que realizam atividades na comunidade.

“Temos conseguido alguma normalidade na instituição, mas uma das coisas que nos faz muita falta é que tínhamos diversos clientes em atividades na comunidade e que deixaram de estar, permanecendo aqui connosco. E eles sentem muita falta disso! Essa normalidade ainda não chegou”, lamenta Teresa Guimarães, que sobre os CACI revela o desconfinamento estar a acontecer com serenidade: “O regresso à normalidade tem sido feito com muita tranquilidade, com muito empenho das equipas técnicas e de toda a equipa de colaboradores. Os nossos clientes têm regressado gradualmente, alguns optaram por ficar em casa até setembro, por vontade dos pais. Neste momento, já

# Tranquilo e a várias velocidades

todos os clientes de CACI receberam a segunda dose da vacina, o que nos dá mais alguma tranquilidade e nos permitirá alcançar a imunidade de grupo dentro da instituição. Já estamos praticamente com 2/3 de frequência no CACI, alguns mantêm-se a vir em alternância, mais até pela questão do transporte do que propriamente pela ocupação das salas. Neste momento, quase triplicámos as voltas que damos com as viaturas! E para conseguirmos transportar todos, alguns têm que ficar em casa alternadamente”.

Já na Santa Casa da Misericórdia de Bragança, o regresso à normalidade no Jardim-de-Infância da Coxa... não o foi.

“Não tivemos regresso à normalidade, porque estivemos sempre abertos, com mais ou menos crianças. O mínimo foi uma criança, mas também tivemos bastantes regularmente, em especial no segundo confinamento”, refere a diretora pedagógica Maria Teresa, acrescentando: “O regresso à normalidade tem sido feito com as mesmas restrições que tivemos no primeiro confinamento. Mantemos as regras e ainda não as flexibilizámos, sempre no cumprimento das orientações da DGS”.

Sobre os efeitos da pandemia no funcionamento das respostas de creche e pré-escolar, educadora de infância afirma que o contexto “obrigou a uma nova forma de pensar a pedagogia”, que não é a que defendem na instituição.

“Agora fazemos um trabalho muito mais individualizado, mais virado para as regras sociais, a higiene e o saber estar e muito menos virado para aprendizagens do foro pedagógico, embora elas aconteçam”, revela, sublinhando “um aspeto positivo”: “Houve uma espécie de revolução interna nas pessoas que passaram a ser mais comunidade. Isto revolucionou as equipas, com as pessoas a mostrarem-se mais solidárias, mais flexíveis e aderirem mais a nível tecnológico, por força do teletrabalho. Esta situação levou as pessoas a fazer uma maior pesquisa individual e, neste sentido, as minhas colegas têm feito um excelente trabalho”.

Recorde-se que a Santa Casa da Misericórdia de Bragança tem ainda mais dois infantários, ambos fechados durante o confinamento, até porque um deles funciona no edifício sede da instituição, onde há um lar que foi bastante afetado pela Covid-19, com o trágico saldo de 28 vítimas mortais.

E se há elemento que marca indelevelmente o novo normal e só aquando do fim da sua obrigatoriedade a normalidade será mais palpável é a máscara.

E se nos idosos o seu uso é pacífico, na área da deficiência, em determinadas situações, é mais complicado, mas nas respostas de infância, não sendo o uso obrigatório nas crianças, o facto de o pessoal ter que a usar perturba muito o trabalho a desenvolver.

“A máscara é uma barreira. No pré-escolar nota-se mais porque as crianças não têm ainda tantas ferramentas, mas penso que quando pudermos estar sem máscara vai ser um dia muito feliz”, afirma Maria Teresa, destacando: “As crianças têm uma grande capacidade de esquecer, que nós não

temos. O que ontem os incomodou muito, hoje já não existe, principalmente se os adultos souberem fazer as coisas, não lhes transmitindo traumas. E isso é o que a escola tenta fazer todos os dias, ou seja, que o dia seja o mais normal possível”.

E para que o regresso à normalidade vá sendo progressivo, as instituições preparam já um novo conjunto de atividades, em especial no exterior, pois até aqui o tempo tem sido todo passado no espaço interior e nos jardins e noutros pequenos espaços exteriores dos equipamentos das instituições.

“Neste momento decidimos arrancar com todas as atividades desenvolvidas internamente. Neste período tivemos que ser criativos, substituindo atividades no exterior por outras cá dentro”, afirma Teresa Guimarães, da APPACDM do Porto, revelando um novo projeto a lançar nos próximos tempos: “É «O Cantinho», a nossa loja social. Adquirimos uma autocaravana e a nossa ideia é andar com ela pela cidade do Porto a vender os produtos da nossa loja social. Já temos todas as oficinas dos CACI a trabalhar para «O Cantinho», o seu novo objetivo é a produção de produtos para vender na loja social”.

Para além disto, a instituição tem duas hortas, “onde os clientes passaram, neste tempo, a ser os cuidadores das hortas”, estando ainda “a construir um jardim sensorial para tentar que as atividades sejam, nesta fase, num ambiente mais protegido, refere, acrescentando: “E vamos ainda arrancar com um novo projeto, com uma candidatura ao INR, que são os Campos de Férias Inclusivos. Nos últimos anos as famílias vinham-nos dizendo que as férias escolares eram muito complicadas e que os ATL convencionais não dão resposta. Então, decidimos avançar com este projeto, que neste primeiro ano vai receber apenas 10 crianças durante o mês de julho”.

No lar de Tourencinho, foram sempre mantidas as diversas atividades e foi aproveitado ao máximo as condições da instituição, que tem “um espaço exterior muito agradável, onde os utentes dão sempre os seus passeios”, revela Joana Monteiro, avançando algumas iniciativas para o futuro próximo: “Temos alguns piqueniques previstos, queremos levá-los ao santuário da Nossa Senhora do Extremo e até a Vila Pouca de Aguiar, para lhes proporcionar alguns passeios diferentes dos do jardim da instituição”.

As instituições vão percorrendo o caminho cauteloso e tranquilo rumo à nova normalidade, que imprimiu novas rotinas no seu funcionamento, mas também lhes retirou muito.

Fazer como as crianças e esquecer rapidamente todo este quase ano e meio de pandemia era o ideal, mas até chegarem à maior normalidade possível, as instituições continuam a tomar conta dos seus, tentando proporcionar-lhes um quotidiano o menos disruptivo e o mais confortável possível.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



JOSÉ A. DA SILVA PENEDA  
Economista



# Ainda a Cimeira Social do Porto

A primeira vez que se ouviu falar no Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi em setembro de 2015, quando Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia apresentou, no seu discurso sobre o Estado da União, a Europa Social como uma prioridade da agenda europeia.

Em novembro de 2015, em Gotemburgo, foi aprovado o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, um texto não vinculativo composto por 20 princípios fundamentais que visam promover os direitos sociais dos cidadãos europeus e que aborda matérias que vão desde o direito a um salário justo até a cuidados de saúde, da aprendizagem ao longo da vida, a um melhor equilíbrio entre a vida profissional e familiar e à igualdade de género em matéria de rendimento mínimo e de acesso ao mercado de trabalho.

Na altura, eu colaborava com o Presidente da Comissão Europeia e apelidei o texto do Pilar Social de um poema, porque se tratava tão só de um enunciado de princípios, sem qualquer programa de ação que lhe estivesse associado. Num discurso feito posteriormente no Parlamento Europeu Jean Claude advertiu para a necessidade de se avançar para um programa que materialize estes princípios, frisando que o texto não se tratava de um poema e apelando aos Estados-membros para passarem dos compromissos à ação.

Os objetivos apresentados nesta Cimeira Social no Porto foram uma tentativa de ser dado um primeiro passo para a definição de um Plano de Ação. Para isso foram definidos alguns objetivos quantificados no domínio do emprego, da formação e do combate à pobreza.

Não estou muito otimista em relação ao que foi decidido. Em primeiro lugar, convém referir que a experiência passada quanto à definição de objetivos desta natureza por parte das instâncias europeias não é nada animadora. Por exemplo, quando em 2000 se definiu na Estratégia de Lisboa “Converter a economia da União Europeia na economia do conhecimento

mais competitiva e dinâmica do mundo, antes de 2010, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e uma maior coesão social” e se apontaram objetivos quantificados, nem aquele desiderato foi cumprido, nem nenhum dos objetivos quantificados foi atingido.

Em segundo lugar, a União Europeia não tem competências no domínio das políticas sociais, que são da responsabilidade dos Estados. O Direito Comunitário tem um código genético de natureza económica. No princípio o objetivo foi a criação de um mercado comum à escala europeia. Muito depois com a aprovação do Ato Único Europeu e da Carta Comunitária dos Direitos dos Trabalhadores e depois com os Tratados de Maastricht, com o Acordo Social aprovado em Protocolo Anexo ao Tratado, de Amesterdão, de Nice e de Lisboa é que surgiram aspetos de natureza social, como sejam a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, proteção social adequada, diálogo com parceiros sociais e formação profissional. A Política Social passou mesmo a fazer parte do Tratado da União Europeia, mas os objetivos a atingir nestas áreas, quando muito, são partilhados entre os Estados Membros e a União Europeia.

Na área social o objetivo da União não é uniformizar os sistemas nacionais, mas sim tentar harmonizá-los. É isso que claramente é afirmado no Tratado: “A União apoiará e completará a ação dos Estados Membros”.

Nestas condições não parece fazer sentido assumir objetivos quantificados em torno de aspetos essenciais da vida dos cidadãos, por parte de um número tão elevado de entidades - 26 Estados Membros mais a Comissão Europeia - porque quando tantos são responsáveis, no fim, ninguém é responsável.

Por isso não estou muito otimista quanto aos resultados da cimeira do Porto no que se refere ao Pilar Social, muito embora perceba que os europeus querem mais proteção social, mas nem os líderes nacionais,

nem o sistema europeu estão em condições de oferecer pouco mais do que intenções e princípios gerais.

Tenho para mim que maior problema social da Europa não foi abordado na cimeira do Porto, nem é muito discutido e que tem a ver com o verdadeiro suicídio demográfico que se vive no continente europeu. A Europa tem hoje a maior perda de população da história moderna. A Alemanha apresenta a menor taxa de natalidade do mundo. No final do século a União Europeia terá 4% da população mundial com um enorme peso de idosos. Até 2050 a União Europeia vai perder 50 milhões de pessoas em idade ativa. Só na Alemanha serão 11 milhões. A Europa vai ficar irreconhecível. Há quem compare a situação atual com a vivida durante a Peste Negra do séc. XIV.

Enquanto a maior parte do mundo cresce com uma pujança fulgurante a Europa começa a apresentar sinais de declínio, em que a evolução demográfica é a face mais visível e a que causa maior alarme. Só uma certa miopia política não enxerga esta realidade que, afinal, constitui a maior ameaças para o futuro europeu. Este grave problema que afeta toda a Europa não é passível de ser resolvido através de soluções nacionais, porque são ineficazes. Mais do que em qualquer área são precisas soluções europeias.

A Europa, para evitar o suicídio demográfico, tem de apostar de modo muito decidido em políticas que promovam a natalidade, o que significa que são precisas políticas que permitam às pessoas ter o número de filhos que desejam, sem baixar o nível de vida. Mas não chega, porque é irrealista pensar que as pessoas vão voltar a ter quatro ou cinco filhos.

Por isso, a Europa também precisa de uma política europeia de migrações. Mas os líderes não revelam coragem para abordar de forma séria e responsável o tema quando só num ano, a população imigrante cresceu dois milhões de habitantes, enquanto a população autóctone da Europa vai encolhendo assustadoramente.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

# Os donos da bola

Acabo de ver a final do Campeonato da Europa de futebol sub-21, em que Portugal foi finalista, infelizmente vencido, após uma campanha de absoluto mérito dos jovens representantes do emblema das quininas.

Não interessa agora o resultado da final, mas apenas valorizar o mérito: dos jogadores e do seu treinador, Rui Jorge, a quem se devem muitos dos êxitos pretéritos da jovem selecção – entre eles uma outra final, em que fomos igualmente derrotados.

A campanha da selecção tem-se desenvolvido discretamente, fora dos holofotes da comunicação social, longe do aparato que normalmente acompanha o desempenho dos seniores.

Este mundo, dos grandes, é, na verdade, um outro mundo – onde se movem, normalmente à sombra, à volta e a pretexto dos atletas, dirigentes, intermediários, empresários, comissionistas, donos dos passes dos jogadores e vendedores (e compradores) dos direitos sobre eles – como dos trabalhadores migrantes de Odemira.

Um pouco como sucedia – salvo as devidas proporções – com os escravos de antigamente, igualmente vendidos e comprados como se fossem coisas – que o eram, juridicamente.

Também eram valorizados e cotados consoante os seus atributos e os seus méritos na arena.

Claro que estou a exagerar: ninguém pagava aos escravos o que hoje se paga às estrelas dos relvados, nem havia jornais para nos dar conta da sua vida faustosa e do glamour das festas que organizam, ou da frota de automóveis ou das vivendas de luxo que exibem; nem, mais prosaicamente, para denunciar marquises na varanda.

Mas, quando leio nos jornais notícias a dizer que o empresário A comprou – ou vendeu - x% dos direitos sobre o jogador B, não consigo deixar de pressentir um insólito paralelismo simbólico que, oculto sob roupagens festivas, esta compra e venda apresenta com o mercado de escravos.

**2** – Os jovens representantes do nosso país jogam em clubes portugueses.

O Público de hoje recorda que a equipa base da selecção é constituída por jogadores do FCP, que procedem dos escalões de formação do clube – isto é, não foram ainda colocados no mercado de transferências, altura em que começam a render para os donos da bola.

O mesmo se diga dos restantes elementos da equipa.

Representam ainda, em grande medida, a cultura do que foi a natureza e a origem dos clubes de futebol: associações de cidadãos, colectividades, de fortes sentido comunitário, independentes dos poderes político ou económico, cimentados pelo fervor clubístico e pelo amor à camisola.

Esse mundo está a acabar.

Em breve, esses jovens atletas que hoje aplaudimos serão engolidos pelo mesmo caldeirão de interesses para onde foram remetidos os seus colegas mais velhos.

Ou terão que mudar de profissão.

Os interesses particulares dos donos da bola transformaram o espírito de “association” – palavra ainda presente na designação oficial de que UEFA e FIFA constituem acrónimos -, numa

voragem mercantil, de capitalismo de casino, que não produz riqueza nem contribui para o progresso ou para a prosperidade do País, mas que serve os interesses particulares de quem controla esse mundo fora do controlo e do escrutínio público que é o mundo do futebol.

Criaram, a partir das associações desportivas que representavam genuinamente os sentimentos solidários de pertença dos simpatizantes, uma ficção jurídica, as sociedades anónimas desportivas, empresariando o saudável fervor clubista – e, de caminho, tomando posições particulares relevantes e tornando-se inamovíveis no exercício do poder nessas sociedades e na partilha dos lucros – mesmo que não haja lucros.

No futebol de alto coturno, deixou de valer, para o que é importante, o princípio democrático de “um homem, um voto”, para tudo se decidir entre os titulares do capital dessas sociedades – que são quem compra e vende os jogadores.

Costumo dizer que as SAD são, em geral, como um cancro - que nasce no seio e a partir de um corpo saudável, mas depressa absorve e toma conta desse corpo são, onde surgiu.

São, na verdade, em geral, uma caricatura dos valores desportivos.

Ainda hoje me espanto com a confusão que persiste, e que a comunicação social veicula, como se fosse a mesma coisa, entre as SAD e os Clubes.

A ponto de os adeptos de um clube se regozijarem num dia com os grandes negócios de venda dos jogadores que aplaudiram na véspera, como se os resultados do negócio fossem uma vantagem para o clube – e não um enriquecimento para os accionistas donos da SAD; por sua vez, dona do clube.

**3** – Não se trata de um mal próprio, de uma inovação lusitana.

Este modelo de apropriação por interesses privados do entusiasmo que o futebol suscita, expropriando para o mundo obscuro dos negócios e transacções bolsistas e para figurinos mercantis a igualdade associativa e a pertença comunitária que está na génese dos clubes desportivos, constitui uma vinculação que nos é imposta pela UEFA e pela FIFA.

Que exigem ainda, para além da empresariação e privatização da actividade futebolística, o afastamento da jurisdição do Estado e a criação de uma justiça própria, com desaforamento dos tribunais comuns e criação de órgãos e instâncias privativas para o julgamento das causas desportivas.

Tudo em circuito fechado.

Um Estado dentro do Estado! E fora das leis do Estado!

Junta-se a fome com a vontade de comer!

Penso que terá sido esta ideia, que insidiosamente se vai infiltrando em muitas consciências, de que as leis gerais do Estado não se aplicam ao mundo do futebol e aos interesses desse mesmo mundo, que terá levado as autoridades públicas – Governo, DGS, autarquias locais – em conúbio com alguns clubes desportivos – até do meu! -, a permitir a manifestação dos adeptos do Sporting, na sequência da conquista do campeonato, e a aceitar as migalhas que outros países



rejeitaram, para realizar intramuros a final da Taça dos Campeões Europeus, com milhares de adeptos ingleses, dentro e fora do estádio, a quem foi permitido o que aos portugueses fora recusado – e bem... - pelas mesmas autoridades.

Contrariando as regras de afastamento social e da obrigatoriedade do uso da máscara, em vigor no País, mas afastadas em homenagem aos donos da bola – aumentando, por essa via, a difusão da infecção que tanto nos tem custado a conter.

E fazendo-nos corar de vergonha alheia, ao verificar a submissão a tais interesses espúrios por parte dos nossos eleitos.

Para quem nos enche diariamente os ouvidos com o princípio da precaução, como determinante na definição da estratégia de saúde pública, o mais que se pode dizer é que se esqueceu da precaução nos balneários – ou fez-se esquecido.

**4** – A dimensão comunitária dos velhos clubes de futebol, de dimensão associativa, ligados aos bairros e às cidades, próximas dos seus habitantes, espaço de igualdade entre todos e de abertura à formação e actividade desportiva das crianças e jovens locais, é uma característica que é comum às Instituições de Solidariedade.

Também estas, como aqueles, próximas das pessoas, fundadas num quadro de valores de que andam afastados interesses egoístas e particulares, tratando por igual todos quantos se acercam, promovendo a cidadania e a educação para a democracia e para a liberdade, prestando serviços de qualidade sem olhar a cor, credo, raça, religião ou situação económica.

Mas também sob ameaças do mesmo tipo das que desconfiguraram os antigos clubes desportivos, ao criarem no seu seio sociedades anónimas e concentrarem sob forma não democrática o exercício do poder.

Com efeito, começam a regressar, com sabor a mofo, alguma vezes ao espaço público, com influência política, de diversos quadrantes, a acenar com a necessidade de empresariação das Instituições, criando ou transformando-se em “empresas sociais” – mas perdendo a solidariedade ; ou com a concentração e fusão de Instituições, para ganhar escala – mas perdendo a proximidade; ou com a alteração do modelo de gestão – mas perdendo a autonomia.

Não me imagino a ver escrito, a assinar as minhas crónicas no Solidariedade, Henrique Rodrigues – Presidente do Centro Social de Ermesinde, SAAS (Sociedade Anónima de Acção Social); ou CSE, Responsabilidade Limitada).

Nunca verei, certamente...

IFRRU 2020 – INSTRUMENTO FINANCEIRO PARA A REABILITAÇÃO E REVITALIZAÇÃO URBANAS

# CNIS promove webinar para informar sobre programa de apoio às instituições

A CNIS, juntamente com o Banco Santander, promove no próximo dia 17 de junho, a partir das 14h45, um webinar sobre o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas – IFRRU 2020, através da plataforma Zoom.

O IFRRU 2020 é um instrumento financeiro destinado a apoiar investimentos em reabilitação urbana com eficiência energética, para fins comerciais ou particulares, que incorpora fontes de financiamento de instituições europeias, com condições mais favoráveis de taxa de juro,

prazos e períodos de carência.

É pelo interesse que as IPSS poderão ter neste instrumento, que a CNIS e o Banco Santander avançam com esta iniciativa, cuja participação está sujeita aos seguintes pré-requisitos:

As IPSS podem candidatar-se ao IFRRU e beneficiar de taxa zero na componente de fundos públicos, podendo ser elegíveis operações de reabilitação integral de imóveis situados em zonas definidas pelos municípios como ARU, PARU e PIRU nos Açores, ou de reabilitação integral de edifícios com idade

superior a 30 anos (ou que demonstrem um nível de conservação em estado mau ou péssimo).

No entanto, há exclusão para operações que consistam em obras com administração direta ou se destinem a substituir, de forma direta ou indireta, financiamentos anteriormente acordados para o mesmo projeto.

Para poder participar no webinar, os interessados terão que fazer uma inscrição online, através do link: [https://us02web.zoom.us/webinar/register/WN\\_ya6XTmy4QTu0EMhz\\_TB4NQ](https://us02web.zoom.us/webinar/register/WN_ya6XTmy4QTu0EMhz_TB4NQ).

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, V.N. FAMALICÃO

## Cerimónia assinala 37º aniversário em ano de estreia do parque sensorial

“Não foi como desejaríamos, mas foi festejado como a nossa associação merece”. Foi assim que Jorge Faria, presidente da Associação de Moradores da Lameira, resumiu o sentimento vivido no passado dia 25 de maio, quando a instituição assinalou o seu 37º aniversário.

A Associação de Moradores das Lameiras (AML) é hoje uma instituição de referência em várias áreas, seja na educação ou na terceira idade, seja na intervenção social com pessoas em situação de exclusão, na área da violência doméstica ou na área da formação.

“Uma vez mais não festejamos como desejaríamos o aniversário AML, mas, apesar de estar melhor do que o ano passado, conseguimos assinalar o dia”, afirmou Jorge Faria, que sublinhou: “Neste período, o mais importante é perceber que uma vez mais nos conseguimos reunir e saber que estão todos bem”.

Por outro lado, a instituição deu conta do novo projeto socioeducativo, lançado junto das crianças no final de 2020 e que é para ser desenvolvido ao longo de quatro anos.

O projeto chama-se «Em Sintonia: Eu, o Outro

e o Mundo» e é uma espécie de viagem que se iniciou no «Eu», enquanto elemento central e desafiador da criatividade e da participação de todos.

Cada sala do infantiário foi chamada a envolver-se em sintonia com o projeto, proporcionando ambientes de aprendizagem e de descobertas sobre o «Eu»: Quem sou? Como cresço? Onde e com quem cresço?

Na creche, a sala dos dois anos selecionou o tema «Em Sintonia: o Eu e a Natureza», apostando numa relação de proximidade entre a Natureza e as crianças. Os petizes são confrontados com o paralelismo entre o seu crescimento e o desenvolvimento das plantas, das árvores e de todos os seres que as rodeiam, o que proporciona novas descobertas sobre si e o meio que os envolve.

O projeto da sala tem vindo a ser enriquecido pelo contributo dos pais, que, em horas de partilha e de interação entre escola e família, auxiliaram na construção de um Parque Sensorial.

Esta é uma excelente ferramenta disponível no exterior da AML, em perfeita sintonia com a Natureza, para que as crianças tenham momentos de grandes descobertas e de conhecimento.



#TODOSJUNTOS REÚNE 10 INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

## Iniciativa solidária reúne 1,8 milhões de euros para ajuda alimentar aos mais carenciados

Uma dezena de bancos do sistema financeiro português associaram-se, pela primeira vez, para organizar uma iniciativa de solidariedade centrada no apoio alimentar às famílias mais desprotegidas, no contexto da presente crise.

Sob o lema #TodosJuntos, a iniciativa pretende mobilizar recursos financeiros significativos para apoiar organizações que disponham de infraestrutura montada, com capacidade para chegar de imediato às pessoas concretas que enfrentam maiores dificuldades, em condições de controlo e auditoria exigentes.

De acordo com a Federação Portuguesa dos

Bancos Alimentares, existem cerca de 450 mil pessoas que precisam de receber apoio alimentar diário.

As 10 instituições bancárias – Banco BPI/Fundação “la Caixa”, Banco Montepio, Banco Santander, Caixa Geral Depósitos, Crédito Agrícola, Millennium bcp/Fundação Millennium bcp, Novo Banco, Bankinter, BBVA, Banco Carregosa – comprometem-se com uma contribuição total de cerca de 1,8 milhões de euros e convidaram a associar-se à iniciativa mais de 30 empresas, que contribuíram com donativos financeiros e bens alimentares.

O montante total angariado no final da campanha tem como destino a compra de alimentos básicos (leite, cereais, arroz, azeite, feijão, massa, atum, etc.), sendo que 20% do montante será destinado a apoiar as necessidades das famílias relacionadas com medicamentos.

Como plataforma de distribuição a escolha recaiu na Rede de Emergência Alimentar, iniciativa lançada pela Entrajuda para dar resposta às situações de carência resultantes do impacto da pandemia, articulada nos Bancos Alimentares e que integra cerca de 2.700 instituições e entidades em todo o País.



NATURAL DE VARGE CELEBROU 103 ANOS DE VIDA EM MAIO

# Muitos parabéns, dona Violante!



Nasceu a 6 de maio de 1918 no coração do Parque Natural de Montesinho, concretamente na aldeia de Varge, freguesia de Aveleda, concelho de Bragança.

Violante Parreiras, aliás, dona Violante Parreiras, celebrou este ano 103 anos e, em conversa com o SOLIDARIEDADE, evidenciou uma frescura mental e uma lucidez de espírito impressionantes.

Há 18 anos a viver num dos lares da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, dona Violante ainda realiza a generalidade das famosas AVD (Atividades da Vida Diária) e, apesar de ter alguns problemas de mobilidade, recusa sempre a cadeira de rodas, preferindo um par de canadianas.

“Prefiro ir com estas quatro”, costuma dizer, referindo-se às canadianas e às próprias pernas.

Sobre o seu dia-a-dia, dona Violante sente as limitações, mas sente-se abençoada.

“Dantes fazia tudo, mas até hoje, graças a Deus, ainda consigo fazer as minhas coisas. Deus é meu amigo, mas também lhe rezo todas as noites”, exclama, demonstrando toda a sua devoção.

Nasceu no ano em que a Primeira Grande Guerra terminou e a Gripe Pneumónica começava.

Dessa guerra, obviamente, não tem memória, mas já da Guerra Civil Espanhola (1936-1939)... a conversa é outra.

Foi por estes anos que casou com um guarda fiscal e foi por esta altura que sofreu o primeiro grande revés na sua vida. A filha, primogénita, morre aos sete meses de vida.

“Foi no tempo da guerra espanhola”, recorda de olhar entristecido, mas prossegue: “Foi uma guerra muito grande, os espanhóis vinham cheios de fome e escondiam-se cá. Os guardas ajudavam, porque era mesmo muita fome, coitados”.

Dona Violante lembra-se da fome dos espanhóis, mas não se esquece da miséria em que Portugal vivia.

“Aqui em Portugal não havia nada. Não havia luz, nem petróleo para os candeeiros e, por vezes, tínhamos que usar água rás. Mas, felizmente, eu nunca passei fome”, conta, sublinhando: “No tempo do Salazar isto era um terror. Havia muita fome...”.

Por isso é que “foi uma alegria” quando se deu o 25 de Abril, pois “a partir daí a vida melhorou”.

Em 1974, dona Violante já era viúva e também já tinha perdido os dois filhos rapazes que teve... “os dois de acidente”, recorda.

Apesar das memórias sofridas – uma vida tão longa tem que ter muitas lembranças de todo o tipo –, dona Violante gosta de estar onde está e sente-se bem tratada.

“Estou aqui há tanto tempo que já tenho uma parte disto”, afirma, com um sorriso matreiro, ressaltando que, apesar de uma ida ao hospital e a respetiva quarentena: “Eu não tive Covid!”.

Que a boa-disposição nunca lhe falte e, apesar de atrasados, muitos parabéns, dona Violante!

PEDRO VASCO OLIVEIRA

**CONVOCATÓRIA**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Centro Pastoral Paulo VI – Salão do Bom Pastor, no próximo dia 26 de Junho de 2021, pelas 11h15, com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2020;
2. Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de 2020 (artº 50, nº 1, al. e));
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2020;
4. Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 11h30 (onze horas e trinta minutos), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

**NOTAS:**

- a) Serão cumpridas as regras definidas pela lei ou pelas Autoridades de Saúde, em vigor à data da realização da assembleia geral, sendo designadamente obrigatório o uso de máscara e o distanciamento social.
- b) Será disponibilizada solução à base de álcool, à entrada do local de realização da assembleia geral.
- c) Só poderá entrar nas instalações onde se vai realizar a reunião da assembleia geral o representante credenciado de cada Instituição.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
*(Dr. José Carlos Borges Batalha)*

Porto, 07 de junho de 2021

Rua de Reboreira, 47 | 4650-452 PORTO  
☎ 226 068 614 | 226 065 932 ☎ 226 061 774  
E-mail: [cnis@cnis.pt](mailto:cnis@cnis.pt)  
[www.cnis.pt](http://www.cnis.pt) | [www.solidariedade.pt](http://www.solidariedade.pt)

**CONVOCATÓRIA**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Centro Pastoral Paulo VI – Salão do Bom Pastor, no próximo dia 26 de Junho, pelas 9h45, com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

- 1 - Apreciação do orçamento e programa de ação para 2021;
- 2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de ação e orçamento para 2021;
- 3 - Votação do orçamento e programa de ação para 2021.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

**NOTAS:**

- a) Serão cumpridas as regras definidas pela lei ou pelas Autoridades de Saúde, em vigor à data da realização da assembleia geral, sendo designadamente obrigatório o uso de máscara e o distanciamento social.
- b) Será disponibilizada solução à base de álcool, à entrada do local de realização da assembleia geral.
- c) Só poderá entrar nas instalações onde se vai realizar a reunião da assembleia geral o representante credenciado de cada Instituição.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
*(Dr. José Carlos Borges Batalha)*

Porto, 07 de junho de 2021

Rua de Reboreira, 47 | 4650-452 PORTO  
☎ 226 068 614 | 226 065 932 ☎ 226 061 774  
E-mail: [cnis@cnis.pt](mailto:cnis@cnis.pt)  
[www.cnis.pt](http://www.cnis.pt) | [www.solidariedade.pt](http://www.solidariedade.pt)



Servimos bem-estar.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

[WWW.TRIVALOR.PT](http://WWW.TRIVALOR.PT)

[LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE

TELEF: 210 420 005 / 210 420 808

FAX: 210 420 098 / 214 249 488

E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

SEGURANÇA SOCIAL

# Mais de três meses para atribuição da pensão de velhice

O tempo médio de espera para atribuição da pensão de velhice na Segurança Social era em março de 100 dias, existindo 8.700 pedidos pendentes, disse fonte oficial do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social à Lusa.

Segundo o gabinete da ministra Ana Mendes Godinho, “o prazo médio de atribuição de pensão de velhice era em março de 100 dias”, menos 29 dias do que no mesmo mês do ano anterior.

“O total de processos pendentes em instrução com mais de 90 dias na área das pensões de velhice diminuiu mais de 31% em comparação com o período homólogo, para um total de 8,7 mil pendentes”, acrescenta o ministério.

Os dados indicam ainda que desde que o pedido de pensão de velhice passou a estar disponível na Segurança Social Direta, no final de fevereiro, foram recebidos 10 mil requerimentos por essa via.

“Este número representa 27% do total de pedidos de pensão de velhice apresentados na Segurança Social desde a disponibilização da ‘Pensão na Hora’”, acrescenta a fonte oficial.

Segundo o ministério, “em abril, 31% dos pedidos de pensão de velhice já foram apresentados

através da Segurança Social Direta”.

“Até ao momento, houve praticamente 1.400 pedidos deferidos automaticamente, por cumprirem os critérios de acesso à pensão provisória”, nomeadamente a idade pessoal de reforma e o prazo de garantia e, nestes casos, o deferimento ocorreu nas 24 horas seguintes ao pedido, diz a mesma fonte.

“O aumento dos automatismos no cálculo das pensões, com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas, desconcentração do tratamento de processos, contratação de pessoal e funcionalidades como o ‘Pensão na Hora’, tem sido possível reduzir os tempos médios de atribuição de pensões em todas as eventualidades”, sublinha.

O gabinete de Ana Mendes Godinho refere que a digitalização da Segurança Social “será aprofundada ao longo de 2021, designadamente através da disponibilização, na Segurança Social Direta (SSD), do novo serviço digital que permitirá ao pensionista obter o recibo da pensão, com o detalhe dos valores que constituem a sua pensão”.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem previsto um investimento de 200 milhões de

euros na transição digital da Segurança Social, refere o ministério do Trabalho.

A medida “Pensão na Hora” é um projeto do Simplex e está disponível na Segurança Social Direta desde 26 de fevereiro.

Nos casos em que o requerente cumpra os requisitos de acesso à pensão provisória, a pensão será automaticamente deferida num prazo máximo de 24 horas.

Entre os critérios para acesso à pensão provisória estão o cumprimento da idade de acesso à pensão de velhice, o prazo de garantia ou o facto de não existirem descontos no estrangeiro ou noutros regimes de pensões.

Nos casos em que o requerente não cumpra estes requisitos, o pedido será posteriormente analisado pela Segurança Social, sendo possível acompanhar ‘online’ a evolução do estado do pedido.

Segundo dados do ministério divulgados em fevereiro numa nota à comunicação social, “a 31 de janeiro, e em comparação com 01 de fevereiro de 2020, os processos pendentes de pensões de velhice em instrução com mais de 90 dias reduziram-se em 75%, para cerca de cinco mil”.



**SOFTWARE IPSS  
ECONOMIA SOCIAL**

## SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

-  + de 40 Aplicações
-  100% de Satisfação
-  + de 900 Clientes
-  **GRÁTIS** Demonstrações sem Compromisso
-  Assistência Remota
-  Formação online

-  **CNT** CONTABILIDADE ESNL
-  **IMO** IMOBILIZADO ESNL
-  **ORC** MÓDULO ORÇAMENTOS
-  **LAN** LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
-  **ORD** ORDENADOS
-  **GI** GESTÃO DE IMÓVEIS
-  **ASS** ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

-  **UTC** UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
-  **PC** PROCESSOS CLÍNICOS UCC
-  **PCM** PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
-  **CP** CONTROLO DE PRESENÇAS
-  **US** UNIDADES DE SAÚDE (ADSE / ARS)
-  **ACC** - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

**MORADA**  
Rua dos Cutieiros, 2556  
4835-044 Guimarães

ENCONTRE-NÓS EM  
**www.tsr.pt**

**TELEFONE** (+351) 253 408 326  
**TELEMÓVEL** (+351) 939 729 729  
**EMAIL** tsr@tsr.pt




## O FUTURO DO TRABALHO

# Livro Verde em consulta pública até 22 de junho

O Livro Verde, documento com reflexões sobre os desafios futuros do trabalho, está em consulta até 22 de junho, anunciou o Ministério do Trabalho.

“O Livro Verde sobre o futuro do trabalho fica em consulta até ao dia 22 de junho. O documento inclui um conjunto de linhas de reflexão sobre os desafios do futuro do trabalho e a promoção da agenda do trabalho digno previsto no programa do Governo”, indicou, em comunicado, o executivo.

Os contributos devem ser remetidos para [cp.futurodotrabalho@mtsss.gov.pt](mailto:cp.futurodotrabalho@mtsss.gov.pt), sendo que o documento está disponível no portal do Governo, no Gabinete de Estratégia e Planeamento, bem como no site da Secretária-geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

“Os momentos que temos vivido durante a

pandemia demonstram como é fundamental mobilizarmos todos os recursos para promovermos o trabalho digno, combater a precariedade, investir em qualificações estratégicas e dinamizar o diálogo social, num contexto de mudanças profundas do mercado de trabalho, acelerando as mudanças que são essenciais”, afirmou, citada no mesmo documento, a ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho.

O Livro Verde, que foi apresentado pelo Governo na Concertação Social no final de março, servirá de base para a regulamentação de matérias laborais, como o trabalho à distância e o teletrabalho ou o trabalho nas plataformas digitais.

Em maio, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) defendeu, no parecer que emitiu sobre o Livro Verde, que se devem

facilitar as reestruturações empresariais, aliviando os limites legais às rescisões por acordo, e alargar as reformas por desgaste rápido a profissões como os motoristas de longo curso.

A CGTP criticou o documento por não ter em conta a atual situação laboral, não evoluir na regulamentação do trabalho e prosseguir o modelo de desregulação e flexibilização das relações laborais.

Já a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) apontou que a compensação pelo aumento dos custos com o teletrabalho deve ser definida por acordo entre trabalhador e empregador.

A UGT, por seu turno, disse que o Livro Verde se afasta da realidade do mercado laboral português, está demasiado centrado nas novas realidades e fenómenos, passando ao lado do modelo de baixos salários e precariedade.

## GOVERNO DEFINE NOVAS REGRAS

## Critérios de atribuição de apoio financeiro a crianças com deficiência vão ser revistos

O Governo decidiu criar equipas multidisciplinares de avaliação médico-pedagógica para a atribuição de apoio financeiro a crianças com deficiência e decidiu também rever, até ao final do ano, os critérios de atribuição da bonificação por deficiência.

Os ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde definiram novas regras relativas à atribuição de apoio às famílias com crianças até aos 10 anos (inclusive) com deficiência que foram publicadas em Diário da República.

Uma das novidades é a criação de equipas multidisciplinares, segundo um despacho conjunto dos gabinetes do Secretário de Estado da Segurança Social e da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência.

Estas equipas vão determinar se as crianças têm direito à Bonificação por Deficiência, procedendo à avaliação da deficiência das crianças e jovens quanto à perda, por anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica.

Estas equipas são compostas por “dois médicos do Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI), propostos pelo assessor técnico de coordenação (ATC), e um elemento da área de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social com experiência na área da deficiência”, explica o gabinete do MTSSS em comunicado.

Cabe às equipas elaborar um relatório “com conclusões devidamente fundamentadas de cada situação avaliada”, acrescenta.

A Bonificação por Deficiência pode ser requerida pela primeira vez para crianças até 10 anos (inclusive), com um valor mensal que



varia entre 63 e 85 euros mensais.

Segundo o diploma, não são alteradas as condições de manutenção dos atuais beneficiários da Bonificação por Deficiência, nem para quem é titular desde data anterior a outubro de 2019.

Até ao final do ano, serão definidos novos critérios para a atribuição da bonificação por deficiência a crianças até 10 anos (inclusive), segundo uma portaria da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e do secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales.

Esta é uma tarefa que caberá à Direção-Geral da Saúde (DGS) que tem como prazo limite o dia 31 de dezembro de 2021.

Segundo a portaria, a DGS vai definir os referenciais e instrumentos adequados à aferição do impacto da deficiência no desenvolvimento da criança e que necessite de apoio

individualizado pedagógico e ou de apoio terapêutico, atentas as especificidades dos diversos tipos de deficiência e das multideficiências.

A certificação da deficiência será feita em modelo próprio, aprovado pela Direção-Geral de Segurança Social.

Até à definição e publicação desses referenciais pela DGS, a verificação das condições de atribuição inicial da bonificação por deficiência será feita pelas equipas multidisciplinares de avaliação médico-pedagógica.

Desde outubro de 2019, a criança ou jovem de qualquer idade que seja titular de um Atestado Médico de Incapacidade Multiuso que certifique um grau de incapacidade igual ou superior a 60% pode aceder à Prestação Social para a Inclusão, que tem valor mensal fixo de 136 euros (podendo ser majorado em 35% em famílias monoparentais para 184 euros por mês).

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



COVID-19

## Licenciamento voluntário ou libertação das patentes das vacinas?

Vai pelo mundo um grande alarido sobre a tema das patentes das vacinas para a covid-19.

A questão é séria. Atualmente a quase totalidade das vacinas está a ser aplicada no mundo do capitalismo avançado. Os países mais ricos estão a vacinar a população a ritmos acelerados de tal modo que, em muitos deles, a imunidade de grupo será atingida no verão deste ano.

Contudo, a sensação de segurança do bloco ocidental em resultado da vacinação massiva pode ser ilusória. Se o vírus continuar a circular nos países pobres pode muito bem gerar variantes para as quais as vacinas atuais não sejam eficazes. Na verdade, este é um dos casos em que ou estamos todos seguros ou ninguém estará a salvo.

Para criar imunidade de grupo a nível mundial será necessário aplicar cerca de 11/12 biliões de vacinas. Até agora terão sido produzidas cerca de 1,2 biliões, ou seja, pouco mais de 10% do total que seria necessário.

Produzir mais vacinas e mais depressa é, portanto, indispensável para chegar a um patamar mínimo de segurança global.

Nesse quadro parece perfeitamente razoável o levantamento das patentes. Essa possibilidade está prevista na organização internacional do comércio, já foi utilizada no passado e, se a atual emergência não justifica o uso de medidas excecionais, porventura nenhuma outra circunstância a justificaria.

Acresce que os Estados Unidos, os habituais renitentes destas coisas, apoiam a libertação das patentes.

Aparentemente os astros estão alinhados para que se possam produzir livremente cópias das vacinas, assim haja conhecimento e capacidade produtiva neste nosso vasto mundo.

No entanto, eu seria cauteloso em relação à libertação das patentes.

Não porque compre o argumento conservador de que a libertação de patentes prejudica o investimento futuro em fármacos inovadores.

O argumento conservador diz-nos que não convém perturbar o sistema que, gostemos ou não, nos últimos anos nos deu, por exemplo, a cura de doenças letais como a hepatite C apenas com uns quantos comprimidos ou o enorme desenvolvimento na cura de muitas variantes de cancro.

Todos sabemos que o investimento em fármacos inovadores é um investimento volumoso – em geral na casa de biliões de dólares – e

extremamente arriscado. Muitas vezes investe-se para, no final, não obter um cêntimo de proveitos.

Veja-se, a propósito, o que se passa com a investigação no domínio dos fármacos para as demências. A indústria já investiu dezenas de biliões de dólares na busca de fármacos eficazes para prevenir ou curar as demências e, até agora, sem um único resultado animador.

Podemos daqui tirar um par de conclusões.

Desde logo que só empresas muito lucrativas podem estar neste negócio da farmacologia de vanguarda. Só empresas com balanços muito fortes podem gastar 2 ou 3 biliões de dólares em projetos que, no fim, podem dar em nada.

Segundo que, num ambiente em que o risco é enorme e as somas envolvidas são gigantescas, é difícil imaginar que o progresso não fosse prejudicado caso a propriedade intelectual estivesse desprotegida e (ou) se as empresas não tivessem a possibilidade de recuperar os investimentos através de períodos de exclusividade nos fármacos que inventam.

Mas, por outro lado, o modelo atual coloca uns quantos problemas éticos complicados.

Por exemplo, a cura para doenças raras coloca um problema ético difícil de resolver. Pode ser necessário investir biliões de dólares para chegar a um fármaco para uma doença que depois tem um número de doentes muito pequeno. Daqui pode resultar que a cura para algumas doenças possa custar mais de um milhão de dólares por cada doente. Quem pode pagar tais somas?

Mesmo em casos em que o número de doentes é grande o problema ético pode colocar-se. Todos nos lembramos como a Gilead, quando descobriu a cura para a hepatite C, fixou o preço do medicamento na casa das dezenas de milhar de dólares por paciente. Em termos práticos significava que a cura existia, mas o preço era de tal modo elevado que a esmagadora maioria dos doentes continuaria a morrer.

É aceitável que a cura exista, que a produção material do fármaco custe uns irrisórios cêntimos marginais, mas que pessoas continuem a morrer porque não podem pagar o preço fixado pelo fabricante?

Não é moralmente aceitável que pessoas morram nestas circunstâncias, contudo, não fosse o objetivo do ganho com o fármaco por parte dos investidores e a cura simplesmente nem sequer existiria.

Trata-se de um tema muito complexo ao qual talvez voltemos um dia destes.

O argumento liberal não faz sentido no caso das vacinas contra a covid-19. Ninguém duvida que a proteção da propriedade intelectual é fundamental para o progresso da indústria como também ninguém duvida que a quebra das patentes neste excepcionalíssimo caso não poria em causa o modelo atual de progresso na investigação farmacêutica.

Contudo, ainda assim, não tenho a certeza que libertar as patentes seja a melhor solução para aumentar rápida e drasticamente a produção de vacinas.

Seria uma boa solução se existisse capacidade produtiva disponível não utilizada que pudesse ser mobilizada muito rapidamente.

Não é garantido que seja esse o caso presente.

Parte das vacinas para a covid-19 baseiam-se numa tecnologia nova, base mRNA, cujo domínio não é perversivo. A produção de uma vacina mRNA implica o uso de 80 a 100 patentes e, mesmo para o mais preparado fabricante de genéricos, não é fácil construir rapidamente uma visão global do processo produtivo.

Por outro lado, as cadeias de valor são muito complexas - utilizam-se até 280 componentes que são produzidos em 19 países. Não é fácil coordenar uma cadeia de valor desta complexidade para quem não esteve envolvido no processo de criação do produto original. Com tempo seria certamente possível – as coisas só são impossíveis até serem feitas. Mas tempo é justamente o que o mundo não tem.

A minha conclusão não é, de todo, que a atitude correta dos poderes públicos seja fazer nada.

Porventura, mais eficaz que simplesmente libertar patentes e ficar à espera da iniciativa privada, seria estabelecer incentivos para que as empresas que detêm a propriedade intelectual sejam “convidadas” a licenciar a tecnologia para uma produção tão massiva e rápida quanto possível.

Que fique claro que não me chocaria nada o cancelamento temporário das patentes. O meu receio é que, mesmo com patentes abertas, a produção não cresça no curto prazo e que as expectativas de biliões de seres humanos saiam frustradas. As consequências podem ser tremendas – mais ódio às elites, mais populismo rasteiro, mais desinformação...

Não seria nada bom!



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚛

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🧴

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt



**O desejo da viagem**

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

COORDENADOR DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A POBREZA

# Até 2030 nenhuma família com crianças deve estar abaixo do limiar da pobreza

O coordenador da Comissão de Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza, Edmundo Martinho, defendeu que sejam dados passos para que, até 2030, nenhuma família com crianças esteja abaixo do limiar da pobreza.

Na conferência “Pandemia, respostas à crise - O papel das instituições sociais e do poder local”, promovida pela Rádio Renascença e realizada em Gaia, Edmundo Martinho apontou as crianças como “o eixo estrutural” da estratégia de combate à pobreza em Portugal.

“Devíamos ter como objetivo que até 2030 nenhuma família com crianças estivesse abaixo do limiar da pobreza no seu rendimento”, disse, chamando a atenção para a melhoria dos indicadores da pobreza infantil, mas frisou ser imperativo “quebrar os ciclos de reprodução geracional da pobreza”.

Segundo Edmundo Martinho, não há maneira de atingir essa meta “se não for com uma intervenção robusta e muito poderosa no que diz respeito às famílias com crianças”.

“Temos de ter soluções transformadoras”, vincou o especialista, que considerou dever existir um reforço nas prestações sociais das famílias onde há crianças e recordou que a existência de crianças nos agregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) “foi perdendo peso no cálculo” das prestações.

O coordenador do plano estratégico exprimiu a ideia de que se faça o oposto e se dê um peso crescente às crianças nos agregados beneficiários do RSI.

“A criança que nasce e se desenvolve num agregado RSI, à partida, está condenada a viver numa situação de défice num conjunto de direitos e de condições de vida”, sustentou.

O coordenador da Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza mencionou o complemento solidário para idosos como uma boa medida, que melhorou “as condições de vida dos pensionistas”, e é apologista de uma alteração no modo “como se organiza o nosso sistema de proteção social”, apontando para a concentração, num único apoio, de “prestações diferentes”.

“Que caminhemos progressivamente para uma única prestação de cidadania”, declarou. “Devíamos olhar para as prestações todas, melhorar as condições de acesso e a capacidade de serem transformadoras na vida das

peças”, acrescentou.

Edmundo Martinho sugeriu a implementação de uma resposta multidisciplinar e integrada, que passe pelo acompanhamento escolar, pelos apoios sociais, pela habitação, pelas creches como “instrumento de crescimento e desenvolvimento de cada criança”, ou o acesso à saúde, dando como exemplo a saúde oral.

Para o responsável, as creches devem ser vistas como um dos instrumentos para o combate à pobreza infantil, entendidas como um direito da criança e considera que esses equipamentos “devem ter uma tutela conjunta com a Educação”.

Na habitação, outra área sobre a qual tem de “haver uma intervenção com caráter mais robusto”, “a lógica dos bairros sociais deve ser progressivamente abandonada”.

Na mesma intervenção, Edmundo Martinho afirmou ser necessário “encontrar formas distintas de integração de todas as pessoas no tecido habitacional das comunidades”.

“Para muitas crianças que nascem e crescem em determinados meios habitacionais, isso acaba por ser uma marca muito forte na forma como se desenvolvem e como crescem e isso implica, naturalmente, dificuldade de desenvolvimento de capacidades e de integração plena em termos sociais. A partir desta dimensão das crianças, quase conseguimos tocar todas as áreas”, destacou.



Ótima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL